CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

PROCESSO N° - 493/68 - CEE.

INTERESSADO:- FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E BIOLÓGICAS DE BOTUCATU.

ASSUNTO ...:- Pedido de reconhecimento.

P A R E C E R N° 7/70

Aprovado em 2/2/70

1 - Por meio de ofício, datado de 28 de maio de 1968, o Diretor da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu requereu ao Conselho Estadual de Educação o reconhecimento dos cursos que mantém. O ofício veio instruído por documentos a que se refere a Deliberação-CEE n°. 20/65.

2 - Após longa tramitação na Assessoria deste Colegiado, o protocolado foi remetido à esta Comissão de Legislação e Normas. Licenciado, por motivo de saúde, o nobre conselheiro Sebastião Cunha Pontes, nomeado, a princípio, relator, foi, afinal, por mim substituído, em virtude de recente distribuição do protocolado.

3 - A Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu foi criada pela Lei estadual n°. 6.860, de 22 de junho de 1970. E foi transformada em autarquia de regime especial pelo Decreto-lei n° 191, de 30 de janeiro de 1970. Funciona os seguintes cursos:

- 1 - Agronomia
- 2 - Biologia
- 3 - Medicina
- 4 - Medicina Veterinária

Os cursos entraram em funcionamento em data anterior a instalação do Conselho Estadual de Educação, exceção feita do de Agronomia, cujo funcionamento foi autorizado por este Colegiado.

Contudo, o regimento da Faculdade já foi submetido à aprovação deste Colegiado, em virtude do Art. 3°, inciso VI, da Lei n° 7.94-0, de 7 de junho de 1963, à vista do disposto no Art. 15 da Lei federal n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa atribuição ainda cabe ao Conselho por força de leis posteriores.

Compete, outrossim, ao Conselho Estadual de Educação, de conformidade com a Lei nº 9.865, de 9 de outubro de 1967, a princípio, nos termos dos artigos 92, "b", e 15 da Lei federal nº 4.024, de 1961, e, atualmente, do artigo ia do Decreto-lei federal nº 842, de 9 de setembro de 1969» reconhecer cursos de ensino superior mantidos por estabelecimentos oficiais estaduais e municipais.

Eis, porque a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu se dirigiu, por seu Diretor, a este Colegiado, requerendo o reconhecimento dos cursos em que os graduados esperam o registro de seus diplomas.

O reconhecimento dos cursos e formalidade substancial para o registro dos diplomas, ante a regra do artigo 9º, letra "b", da Lei federal nº 4.024, de 1961, firmado pelo Decreto-lei federal nº 842, de 1969, no parágrafo único do artigo 1º.

4 - O pedido de reconhecimento, no caso em tela, não está instruído, de acordo com o disposto no artigo 9º da Deliberação CEE-nº 20/65.

O pedido de reconhecimento entrou neste Colegiado em 1º de maio de 1968. Em 24 de setembro de 1968, a Assessoria, por um de seus integrantes, anotou exigências no tocante ao corpo docente e ao regimento.

Registre-se, como se lê a fls. 145, que o protocolado nº 1.043/67, referente ao regimento, se encontrava, em exigência, na Faculdade, sem resposta até aquela data, ou seja, 24 de setembro de 1968.

A 27 de setembro de 1968, o protocolado baixou à Faculdade, sem audiência da Câmara do Ensino Superior.

Somente, a 17 de maio de 1969, é que a Faculdade se manifestou a respeito da informação da Assessoria, de 27 de setembro de 1968 (fls. 167), Por quê tanta demora?

Nesse documento, o Diretor da Faculdade deu notícia sobre o corpo docente.

Lê-se, a fls. 167:

- "1) Os processos que cuidaram das contratações iniciais dos docentes desta Faculdade estão, em sua maioria, em tramitação em vários órgãos superiores do Estado, e outros estão na Faculdade aguardando época de vencimento de contrato para subirem novamente a esse egrégio Conselho, com os respectivos pedidos de prorrogação de contrato para serem examinados, ou sendo processado na Instituição para regularização.
- 2) É fácil entender essa situação se atendermos para o fato de que esses processos instruem pedidos de várias naturezas, tais como inscrição para defesa de tese de doutoramento, extensão do RDIDP, confirmação de RDIDP, apresentação de relatórios à CPRTI, pedidos de prorrogação de contratos, pedidos de estabilidade e outros que são processados na Faculdade e submetidos aos órgãos superiores do Estado.
- 3) No entanto temos a esclarecer que todos os docentes da Faculdade tiveram suas indicações aprovadas pela Douta Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação e seus contratos foram devidamente autorizados pelo Senhor Secretario da Educação, após os respectivos "Decretos de RDIDP, quando as contratações foram feitas nesse Regime de Trabalho. O mesmo se pode afirmar com as prorrogações de contratos. Esclarecemos também que todos os contratos ou aditamentos, foram registrados no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo."

Com relação ao regimento, elucidou o seguinte:

- "6) Quanto ao regimento temos a informar que o processo que cuida do assunto voltou à Faculdade após exame e pareceres da Assessoria Técnica, do Prof. Paulo Ernesto Tolle e do Prof. Paulo Gomes Romeo, Após o assunto ter sido minuciosamente estudado na Faculdade, o processo voltou ao CEE com

o atendimento de algumas sugestões e ponderações e a justificativa de algumas posições. Após novo exame do assunto esse Egrégio Conselho aprovou em Reunião de 16 de dezembro de 1968 o Parecer n° 556/68 do ilustre relator, Prof. Paulo Gomes Romeo.

- 7) Após a deliberação de 16 de dezembro de 1968, providenciou-se na Faculdade a adaptação do Regimento às mudanças aprovadas e o trabalho de impressão, tendo o processo retornado ao Egrégio Conselho Estadual de Educação para as providências contidas no Parecer acima referido."

É bem de ver que, à vista da conexão da matéria, a Assessoria, deveria ter proposto a reunião de todos os protocolados e os remetidos à Câmara do Ensino Superior. Assim, todos os casos pendentes teriam tratamento e solução concomitantes.

No entanto, por meio da Informação, a fls. 146, de 4 de setembro de 1969, a Assessoria propõe a audiência da Comissão de Legislação e Normas.

A Comissão deveria manifestar-se sobre o pedido de reconhecimento, à luz da Portaria CEE- n° 2/69 que reza:

"Não autorizar - senão em caráter de exceção, devidamente justificado pelos altos interesses do ensino - a instalação, o funcionamento ou o reconhecimento de novos institutos estaduais ou municipais de ensino superior, que não venham integrar Universidades existentes ou que não tenham assegurada a sua associação a uma Universidade ou Federação de Escolas".

5 - A excepcionalidade não é matéria jurídica. O seu exame e apreciação cabe à Câmara do Ensino Superior. Nem há necessidade de se demonstrar o acerto da proposição.

6 - Se há, sob o ponto de vista jurídico, algo a dizer, é que a Portaria CEE- n° 2/69 é inaplicável a cursos, cujo funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação.

Nessa hipótese, o reconhecimento dos cursos e consequência da observância por parte do estabelecimento das exigências legais e normativas do Conselho Estadual de Educação.

Cumpridas as exigências, o reconhecimento se impõe.

7 - A respeito do reconhecimento, é mister que se tenha presente que o mesmo deverá ser renovado periodicamente, de acordo com o disposto no § 2º do artigo 22 do Decreto-lei nº 464, de 1969. E a periodicidade do reconhecimento não será simples formalidade, ante a regra do artigo 49 da Lei federal nº 5.540, de 1968, que sujeita os estabelecimentos de ensino superior à verificação pelo Conselho Estadual competente. Portanto, a Lei nº 5.540, instituiu a fiscalização até mesmo para os estabelecimentos reconhecidos. Os graduados é que não podem ficar impedidos de registrar os seus diplomas, como condição para o exercício profissional, em virtude de ato ou omissão de outrem.

8 - Concluindo.

Entendemos ser inaplicável ao caso em tela a Portaria CEE-nº 2/69.

Consideramos ser atribuição da Câmara do Ensino Superior conhecer da matéria a que se refere o presente protocolado, determinando, se for o caso, as diligências que deverão ser atendidas pela Assessoria ou pela Faculdade.

Esse o nosso ponto de vista,

São Paulo, 2 de fevereiro de 1970.

(aa) Cons. MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES Vice-Presidente
no exercício da Presidência

Cons. ALPÍNOLO LOPES CASALI - Relator

Cons. JAIR DE MORAES NEVES